



**INSTITUTO FEDERAL**  
Rio Grande do Sul

**Ministério da Educação**  
**Instituto Federal de Educação,**  
**Ciência e Tecnologia do Rio**  
**Grande do Sul**

# Relatório Contábil do campus Porto Alegre

e Demonstrações Contábeis Consolidadas

**2º Trimestre/2021**

Porto Alegre, 2021

**DCONIFRS**

**REITOR**

Julio Xandro Heck

**DIRETOR-GERAL**

Fabício Sobrosa Affeldt

**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO**

Milena Ivanoska da Rosa Sória

**COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Luísa Gil Almeida

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

Luiz Antônio Hining

**EQUIPE TÉCNICA - CONTADOR**

Ademir Gautério Troina Júnior

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II – Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

# DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício de 2020), em atendimento à Portaria nº 04 MEC/SE/SPO, de 20 de novembro de 2019, consta a Declaração com Ressalva do Contador da Unidade Gestora 158261 – campus Porto Alegre, Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, conforme segue.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UG)	Código da UG
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS – CAMPUS PORTO ALEGRE	158261
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 2º Trimestre de 2021, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p><b>Restrição 634 – Falta avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros.</b></p> <p>Até o 2º trimestre 2021, o campus Porto Alegre não realizou a reavaliação de ativos conforme determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidas na NBCT 16.10, MCASP 7ª Edição e Macrofunção SIAFI 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, e de acordo com o solicitado no Acórdão 5.603/2017 – TCU – 2ª Câmara. <b>Providências relatadas no início do ano de 2021:</b> “<i>está no planejamento da Pró-Reitoria de Administração do IFRS para ser realizado ao longo de 2021, como já apresentado anteriormente, pois em 2020 devido à pandemia e atividades presenciais suspensas não foi possível</i>”. Não foram apontados prazos ou apresentado cronograma de ação das providências relatadas. A falta de avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros é recorrente no campus Porto Alegre, constante na Declaração Anual do Contador em outros exercícios, sem providência administrativa registrada.</p> <p><b>Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB.</b></p> <p>Até o 2º trimestre de 2021, o campus Porto Alegre registrou saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis. O valor divergente é de R\$ 5.395.010,18, a menor no SIAFI. <b>Providências relatadas no início do ano 2021:</b> “<i>informamos que o tratamento das informações relativas à conciliação</i>”</p>	

*contábil entre os sistemas SIPAC (patrimonial) e SIAFI (contábil) está em andamento. Para a regularização das inconsistências apontadas, faz-se necessário a conclusão deste trabalho junto com os setores envolvidos. É um trabalho minucioso e complexo, devido à variedade de formas de ingresso dos bens ao patrimônio do Campus, conforme segue: a) bens incorporados a partir de doação da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; b) bens adjudicados da ULBRA – Universidade Luterana do Brasil; c) bens adquiridos pela Reitoria do IFRS para o patrimônio do Campus Porto Alegre; d) bens obtidos de doações de outros órgãos da Administração Pública ou de entidades privadas; e) aquisições provenientes de licitações ou compras diretas; f) bens adquiridos de projetos de ensino, pesquisa e extensão. A Diretoria não manifestou ações diferentes daquelas já adotadas nos exercícios anteriores ou cronograma de ação das providências relatadas. Além dessa informação, foi realizado o desenvolvimento de sistema de inventário, que foi utilizado no Campus Porto Alegre em 2019 e que depende da importação de dados pela Reitoria do IFRS, processo que está em andamento”. Não foram apontados prazos ou apresentado cronograma de ação das providências relatadas. O saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis é recorrente no campus Porto Alegre, constante na Declaração Anual do Contador em outros exercícios, sem providência administrativa registrada.*

#### **Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado.**

Até o segundo trimestre de 2021, o campus Porto Alegre registrou evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado. **Providências relatadas no início de 2021:** “No momento em que as inconsistências forem sanadas, a evolução da depreciação acumulada será regularizada” A Direção faz referência à inconsistência referente à restrição anterior. Não foram apontados prazos ou apresentado cronograma de ação da providência relatada. A evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado é recorrente no campus Porto Alegre, constante na Declaração Anual do Contador de exercícios anteriores.

#### **Restrição 643 – Falta ou evolução incompatível da Amortização do ativo imobilizado.**

Até o segundo trimestre de 2021, o Campus Porto Alegre registrou evolução incompatível com o cálculo da amortização do ativo imobilizado. **Providências relatadas no início de 2021:** “No momento que a restrição ‘640 – Saldo Contábil dos Bens móveis diverge do Relatório de Movimentação de Bens’, for sanada, a evolução da amortização acumulada será regularizada. A depreciação é calculada automaticamente pelo sistema que a instituição utiliza, o SIPAC. Como o sistema foi implantado há poucos anos, as informações parametrizadas referente a data em que o bem estiver disponível para uso ou a data em que o mesmo foi reavaliado, seu valor residual, e seu valor de aquisição ou reavaliação não estão atualizados. Com a importação de dados de sistemas antigos há alguns problemas em relação ao valor de entrada. Esses dados estão sendo avaliados pelos setores responsáveis. Depende-se de processo de importação dos dados do inventário de 2019 e da reavaliação de bens móveis, previsto para ser realizado pela instituição ao longo de 2021, pois em 2020, devido à pandemia, e às atividades presenciais estarem suspensas, não foi possível. Não

foram apontados prazos ou apresentado cronograma de ação da providência relatada, sem providência administrativa registrada.

### **Restrição 653 – Saldos alongados/indevidos contas de controle.**

Até o segundo trimestre de 2021, o campus Porto Alegre não possui documentos de controle de garantias recebidas, de direitos e obrigações contratuais e de responsabilidade de terceiros que possam ser conciliados com as respectivas contas de controle, conforme normatiza a Macrofunção 020318 – Encerramento de Exercício. **Providências relatadas no início de 2021:** “*informamos que os fluxos do setor de Contratos estão sendo revisados e aprimorados visando a não ocorrência do referido apontamento. Será realizado um trabalho referente à análise e revisão dos saldos dos contratos, identificando-se os saldos dos contratos encerrados e remanescentes, realizando as baixas apropriadas com o intuito de manter a fidedignidade da informação contábil no primeiro semestre de 2021*”. Não foi ou apresentado cronograma de ação da providência relatada. A ausência de documentos de controle de garantias recebidas, de direitos e obrigações contratuais e de responsabilidade de terceiros é recorrente no campus Porto Alegre, durante o exercício de 2020.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

<b>Local</b>	Porto Alegre	<b>Data</b>	22/07/2021
<b>Contador Resp.</b>	Ademir Gautério Troina Júnior	<b>CRC nº</b>	76.804/O-5

## **Demonstrações contábeis**

### **BALANÇO PATRIMONIAL**

2º Trimestre

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>96.141,15</b>	<b>97.420,47</b>

<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>35.816,61</b>	<b>36.975,97</b>
<b>Estoques</b>	<b>60.324,54</b>	<b>58.809,69</b>
<b>VPDs Pagas Antecipadamente</b>	<b>-</b>	<b>1.634,81</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>45.935.281,48</b>	<b>45.743.924,00</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>45.941.844,63</b>	<b>45.724.707,40</b>
Bens Móveis	6.676.843,53	6.703.959,04
Bens Móveis	8.639.139,34	8.418.255,24
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.962.295,81	-1.714.296,20
Bens Imóveis	39.239.211,35	39.020.748,36
Bens Imóveis	39.633.233,35	39.392.369,80
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-394.012,00	-371.621,44
<b>Intangível</b>	<b>19.216,60</b>	<b>19.216,60</b>
Softwares	19.216,60	19.216,60
Softwares	98.639,59	98.639,59
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-79.422,99	-79.422,99
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>46.031.422,63</b>	<b>45.841.344,47</b>

Fonte: Siafi

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>372.805,18</b>	<b>167.197,26</b>
<b>Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>246.616,49</b>	<b>124.462,03</b>
<b>Demais Obrigações a Curto Prazo</b>	<b>126.188,69</b>	<b>42.735,23</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>372.805,18</b>	<b>167.197,26</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>45.658.617,45</b>	<b>45.674.147,21</b>
Resultado do Exercício	-14.387,36	779.534,04
Resultados de Exercícios Anteriores	45.674.147,21	44.894.938,23
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.142,40	-325,06
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>45.658.617,45</b>	<b>45.674.147,21</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>46.031.422,63</b>	<b>45.841.344,47</b>

Fonte: Siafi

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução do segundo trimestre de 2021 em relação ao segundo trimestre de 2020. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo campus, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao

passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrente de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

2º Trimestre

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>2.416.790,96</b>	<b>2.141.121,97</b>
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>49,00</b>	<b>275,00</b>
Juros e Encargos de Mora	49,00	275,00
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>2.356.704,80</b>	<b>2.139.086,65</b>
Transferências Intragovernamentais	2.356.704,80	1.853.179,29
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	285.907,36
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>60.037,16</b>	<b>1.760,32</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	60.037,16	1.760,32
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>2.431.178,32</b>	<b>1.880.934,54</b>
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>1.729.306,66</b>	<b>1.216.491,44</b>
Uso de Material de Consumo	174.426,95	39.574,71
Serviços	1.284.489,54	1.127.135,79
Depreciação, Amortização e Exaustão	270.390,17	49.780,94
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>379,05</b>	<b>362,26</b>
Juros e Encargos de Mora	379,05	362,26
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>58.147,16</b>	<b>1.760,32</b>
Transferências Intragovernamentais	58.147,16	1.760,32
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-
<b>Tributárias</b>	<b>27.474,83</b>	<b>27.067,71</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.474,83	26.945,18
Contribuições	147,24	122,53
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>615.723,38</b>	<b>635.252,81</b>



Incentivos	615.489,59	628.711,66
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	233,79	6.541,15
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-14.387,36</b>	<b>260.187,43</b>

Fonte: Siafi

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

2º Trimestre

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>DEFICIT</b>			<b>2.250.241,00</b>	<b>2.250.241,00</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>2.250.241,00</b>	<b>2.250.241,00</b>

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	<b>2.250.241,00</b>	<b>1.383.402,60</b>	<b>1.072.176,89</b>	<b>-2.250.241,00</b>
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	-	<b>2.250.241,00</b>	<b>1.383.402,60</b>	<b>1.072.176,89</b>	<b>-2.250.241,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	<b>2.250.241,00</b>	<b>1.383.402,60</b>	<b>1.072.176,89</b>	<b>-2.250.241,00</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>2.250.241,00</b>	<b>1.383.402,60</b>	<b>1.072.176,89</b>	<b>-2.250.241,00</b>

Fonte: Siafi

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>144.220,97</b>	<b>1.159.346,44</b>	<b>719.118,43</b>	<b>665.800,96</b>	<b>117.137,66</b>	<b>520.628,79</b>
Outras Despesas Correntes	144.220,97	1.159.346,44	719.118,43	665.800,96	117.137,66	520.628,79
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>123.603,25</b>	<b>1.116.013,39</b>	<b>461.747,65</b>	<b>461.747,65</b>	<b>19.270,08</b>	<b>758.598,91</b>
Investimentos	123.603,25	1.116.013,39	461.747,65	461.747,65	19.270,08	758.598,91
<b>TOTAL</b>	<b>267.824,22</b>	<b>2.275.359,83</b>	<b>1.180.866,08</b>	<b>1.127.548,61</b>	<b>136.407,74</b>	<b>1.279.227,10</b>

Fonte: Siafi

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	<b>157.914,06</b>	<b>157.914,06</b>	-	-
Outras Despesas Correntes	-	157.914,06	157.914,06	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>157.914,06</b>	<b>157.914,06</b>	-	-

Fonte: Siafi

## BALANÇO FINANCEIRO

2º Trimestre

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-

<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>2.356.704,80</b>	<b>1.853.179,29</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	1.093.645,08	1.158.072,82
Sub-repasse Recebido	1.093.645,08	1.158.072,82
Independentes da Execução Orçamentária	1.263.059,72	695.106,47
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.109.597,77	653.542,06
Movimentação de Saldos Patrimoniais	153.461,95	41.564,41
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>1.238.612,15</b>	<b>933.031,26</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	311.225,71	249.240,89
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	866.838,40	681.755,05
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	461,88	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	60.086,16	2.035,32
Ordens bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	60.086,16	2.035,32
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>36.975,97</b>	<b>26.476,16</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	36.975,97	26.476,16
<b>TOTAL</b>	<b>3.632.292,92</b>	<b>2.812.686,71</b>

Fonte: Siafi

DISPENDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>2.250.241,00</b>	<b>2.265.814,43</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>2.216.057,00</b>	<b>2.265.814,43</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>34.184,00</b>	-
Educação	34.184,00	-
Dívida Pública	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	-
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>58.147,16</b>	<b>1.760,32</b>
Independentes da Execução Orçamentária	58.147,16	1.760,32
Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>1.288.088,15</b>	<b>520.612,11</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	157.914,06	53.830,72
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.127.548,61	466.781,39
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.625,48	-
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>35.816,61</b>	<b>24.499,85</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.816,61	24.499,85
<b>TOTAL</b>	<b>3.632.292,92</b>	<b>2.812.686,71</b>

Fonte: Siafi

## DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

2º Trimestre

	2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>460.588,29</b>	<b>271.330,72</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>2.417.252,84</b>	<b>1.855.214,61</b>
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>2.417.252,84</b>	<b>1.855.214,61</b>
Ingressos Extraorçamentários	461,88	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.356.704,80	1.853.179,29
Arrecadação de Outra Unidade	60.086,16	2.035,32
Demais Recebimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.956.664,55</b>	<b>-1.583.883,89</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-1.894.370,46</b>	<b>-1.582.123,57</b>
Educação	-1.894.370,46	-1.582.123,57
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-1.521,45</b>	<b>-</b>
Intragovernamentais	-1.521,45	-
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-60.772,64</b>	<b>-1.760,32</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-2.625,48	-
Transferências Financeiras Concedidas	-58.147,16	-1.760,32
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-461.747,65</b>	<b>-273.307,03</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-461.747,65</b>	<b>-273.307,03</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-461.747,65	-262.107,43
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-11.199,60
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1.159,36</b>	<b>-1.976,31</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>36.975,97</b>	<b>26.476,16</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>35.816,61</b>	<b>24.499,85</b>

Fonte: Siafi

# Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão (MCASP).

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

*I – No tocante aos seguintes aspectos da informação contábil:*

## **(a) Existência;**

Quanto ao aspecto de existência, não foi reportado ao setor de contabilidade, até o segundo trimestre de 2021, relatório final de inventário dos estoques e bens móveis, imóveis ou intangíveis, cujos registros contábeis totalizam um ativo público superior a R\$ 45,9 milhões, distribuído entre softwares (R\$ 98 mil); estoques de materiais (R\$ 60 mil); bens móveis (R\$ 8,6 milhões) e bens imóveis (R\$ 39,6 milhões). Os valores revelam a materialidade e pertinência do aspecto de existência necessário para controle e veracidade dos registros contábeis;

## **(b) Exatidão, valorização e alocação;**

“A conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e com o Manual SIAFI”, e deverá apresentar, seguramente, “se as demonstrações contábeis apresentam inconformidades perante tais normas que resultam em distorções relevantes que prejudicam a tomada de decisões e avaliação nelas baseadas” (macrofunção 020315, do Manual SIAFI). Isso exposto, vale ressaltar que foram diversos os apontamentos ao longo de todo o exercício financeiro de 2020 e o segundo trimestre de 2021 que comprometem a exatidão, valorização e alocação dos ativos, passivos e itens do patrimônio líquido e que assim permanecem, até o encerramento do exercício como, por exemplo: falta documento de controle de contratos em execução (restrição 653); RMB divergentes (restrição 640); falta avaliação de bens móveis, imóveis, intangíveis (restrição 634), Depreciação e Amortização divergentes com o SIAFI (restrição 642 e 643, respectivamente).

*II – No tocante aos seguintes procedimentos contábeis:*

## **(a) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura);**

Faltam o inventário atualizado e o relatório de reavaliação e redução ao valor recuperável. Atualmente, mais de R\$ 8 milhões estão contabilizados à conta de bens móveis no campus Porto Alegre.

## **(b) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias;**

Falta relatório de controle dos contratos em execução. Atualmente, mais de R\$ 3,3 milhões estão contabilizados em execução de obrigações contratuais do campus Porto Alegre sem conciliação.

## **(c) Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas;**

São diversas as contas de controle sem conciliação no campus Porto Alegre.

## **(d) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável;**

Falta inventário de bens imóveis. Atualmente, mais de R\$ 39 milhões estão registrados à título de bens imóveis no campus Porto Alegre, sem conciliação.

**(e) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques;**

Falta inventário e ajustes para perdas de estoques. Atualmente, R\$ 60 mil estão contabilizados à título de estoques no campus Porto Alegre.

*III – No tocante aos seguintes grupos de contas:*

**(a) Bens móveis;**

Durante todo o segundo trimestre de 2021, manteve-se divergente o saldo SIAFI de bens móveis em relação ao correspondente documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, e não há registro de laudos de reavaliação dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado.

Não há registro de laudo de inventário consolidado que viabilize conciliação das contas desse título.

A divergência total do saldo de bens móveis no SIAFI e o saldo de bens móveis e no controle patrimonial, em 30/06/2021, é de R\$ 5.414.688,53. Até a data de 30/06/2021, não foram corrigidos problemas do relatório de depreciação e amortização acumulada, de modo que os registros desses títulos não refletem com confiabilidade a depreciação acumulada de bens móveis e amortização acumulada de bens intangíveis.

**(b) Ativo intangível;**

Até o término do segundo trimestre de 2021, não foram apresentados documento de controle que demonstra a amortização acumulada, de modo que os registros desse título não refletem com fidedignidade o ativo escriturado.

Em 30/06/2021, o saldo em ativos intangíveis é de R\$ 98.639,59.

**(c) Atos potenciais.**

Até a data de encerramento do segundo trimestre, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Em 30/06/2021, a execução de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle somam R\$ 3,3 milhões.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis do campus Porto Alegre, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- **Balanco Patrimonial (BP);**
- **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- **Balanco Orçamentário (BO);**
- **Balanco Financeiro (BF);**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
- **Notas Explicativas.**

# Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

## **Moeda funcional**

A moeda funcional é o Real.

## **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

## **Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

## **Estoques**

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

## **Ativo realizável a longo prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

## **Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

## **Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

## **Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

## **Depreciação de bens imóveis**

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n2 - x2) / n2$ , onde:

**Kd = coeficiente de depreciação**

**N = vida útil da acessão**

**X = vida útil transcorrida da acessão**



Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

## **Passivos**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

## **Apuração do Resultado**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial — II. Orçamentário — III. Financeiro

### **Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

### **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas (MCASP).

### **Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

# Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

## Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pela Setorial de Programação Financeira, ou correspondente à arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Em 30/06/2021, o item com o saldo mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo Tesouro” com 80,12% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 30 de junho de 2020:

	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>AH%</b>	<b>AV%</b>
Banco Conta Movimento – Demais Contas	7.119,60	9.283,20	-23,31	19,88
Recursos Liberados pelo Tesouro	28.697,01	15.216,65	88,59	80,12
<b>Total</b>	<b>35.816,61</b>	<b>24.499,85</b>		<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

## Nota 2 – Estoques

O IFRS Campus Porto Alegre armazena diversos materiais de consumo em almoxarifado para a utilização nas atividades desenvolvidas na instituição. Os estoques aumentaram 9,91% conforme demonstrado abaixo:

	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>AH%</b>	<b>AV%</b>
Almoxarifado	60.324,54	54.884,77	9,91	100,00
<b>Total</b>	<b>60.324,54</b>	<b>54.884,77</b>	<b>9,97</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

## Nota 3 – Imobilizado

### Bens Móveis

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e bens imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação.

Em 30/06/2021, o IFRS Campus Porto Alegre apresentou um saldo de R\$ 45.916.064,88 (quarenta e cinco milhões novecentos e dezesseis mil sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), relacionados ao imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 2º trimestre dos exercícios de 2021 e 2020.

	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>AH%</b>	<b>AV%</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>6.676.843,53</b>	<b>6.972.965,39</b>	<b>-4,25</b>	<b>14,55</b>
(+) Valor Bruto Contábil	8.639.139,34	8.169.911,83	5,74	18,82
(-) Depreciação Acumulada	-1.962.295,81	-1.196.946,44	63,94	-4,27
<b>Bens Imóveis</b>	<b>39.239.221,35</b>	<b>38.485.193,16</b>	<b>1,96</b>	<b>85,46</b>
(+) Valor Bruto Contábil	39.633.233,35	38.837.196,29	2,05	86,32
(-) Depreciação Acumulada	-394.012,00	-352.003,13	11,93	-0,86

<b>Total</b>	<b>45.916.064,88</b>	<b>45.458.158,55</b>	<b>100,00</b>
--------------	----------------------	----------------------	---------------

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

### Depreciação Acumulada de Bens Móveis

Em 2015 foi implantado o novo Sistema de Gestão Patrimonial. As contas de depreciação dos bens móveis não refletem adequadamente a real situação patrimonial líquida do campus, uma vez que os saldos permanecem divergentes.

### Bens Imóveis

Os bens imóveis do campus totalizaram R\$ 39, milhões, distribuídos conforme tabela a seguir, e com depreciação acumulada de R\$ 394 mil.

	<b>R\$</b>			
	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>AH%</b>	<b>AV%</b>
Imóveis de Uso Educacional	38.484.367,03	38.484.367,03	0,00	97,10
Bens Imóveis em Andamento	1.132.986,32	352.829,26	221,11	2,86
Estudos e Projetos	15.880,00	0,00	-	0,04
<b>Total</b>	<b>39.633.233,35</b>	<b>38.837.196,29</b>		<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021 E 2020.

Os Bens Imóveis em Andamento se referem à contratação da obra de execução do PPCI e a reforma da cobertura da Torre Norte, do Campus Porto Alegre. O valor acima que consta na conta de Estudos e Projetos é referente à despesa de com a contratação de empresa especializada na elaboração de anteprojeto, projeto básico e projeto executivo de escadas de saída de emergência para o Campus.

### Nota 4 – Intangível

	<b>R\$</b>			
	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>AH%</b>	<b>AV%</b>
Software com vida útil definida	79.422,99	79.422,99	0,00	413,30
(-) Amortização Acumulada	-79.422,99	-79.422,99	0,00	-413,30
Software com vida útil indefinida	19.216,60	18.917,60	1,58	100,00
<b>Total</b>	<b>19.216,60</b>	<b>18.917,60</b>		<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2021,2020

O ativo intangível é composto por softwares de vida útil definida e indefinida conforme demonstrado acima. Os valores brutos dos softwares já sofreram amortização em 100%, pois os mesmos foram adquiridos há mais de 5 anos. Até o momento não houve reavaliação do grupo intangível.

### Nota 5 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 30/06/2021, o IFRS Campus Porto Alegre, apresentou um saldo em aberto de R\$ 372.805,18 (trezentos e setenta e dois mil oitocentos e cinco mil e dezoito centavos) de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir. O Campus Porto Alegre não possui Obrigações a Longo Prazo.

	<b>R\$</b>			
	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>AH%</b>	<b>AV%</b>
Fornecedores e Contas a Pagar	246.616,49	234.726,00	5,07	66,15
Demais Obrigações	126.188,69	166.958,72	-24,42	33,85
<b>Total</b>	<b>372.805,18</b>	<b>401.684,72</b>		<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

A maior parte as obrigações do campus se referem a fornecedores e contas a pagar no curto prazo, que representam 66,15% do total.

**(a) Fornecedores e Contas a Pagar**

(a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A maior parte do passivo do IFRS Campus Porto Alegre com obrigações a curto prazo se refere a fornecedores e contas a pagar a curto prazo, que representam 66,15% do total do passivo.

Na tabela a seguir, são listados os fornecedores em 30/06/2021. O principal valor do grupo Fornecedores e Contas Pagar se refere à serviços de limpeza e conservação, totalizando o valor de 47,19% do total a ser pago.

**Tabela 7 –Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.**

	<b>30/06/2021</b>	<b>R\$ AV%</b>
CSF COMERCIO E SERVICOS EMPRESARIAS EIRELI	116.381,44	47,19
PORTALSUL EMPRESA DE VIGILANCIA S/S LTDA	43.247,44	17,54
ELEVADORES ALCER LTDA.	35.765,87	14,50
COOP. DOS PROD. ORG. DA REFORMA AGRÁRIA	34.184,00	13,86
PROLAB COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	10.737,00	4,35
NF COMERCIO E SERVICOS EIRELI	4.783,43	1,94
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	1.142,40	0,46
MAZZOCHINI COM. DE PROD. LABORATORIAIS LTDA	374,91	0,15
<b>Total</b>	<b>246.616,49</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021

**(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo**

Somam-se às obrigações de curto prazo as demais obrigações, conforme tabela a seguir.

**Tabela 8 –Demais Obrigações – Composição.**

	<b>30/06/2021</b>	<b>R\$ AV%</b>
Retenções Previdenciárias – FRGPS	6.880,00	5,45
Imposto e contrib. diversos devido	5.933,84	4,70
ISS	9.542,17	6,14
Depósitos Retidos de Fornecedores	14.963,08	35,14
Depósitos não judiciais	7.119,60	3,93
Incentivos a Educação, Cultura e outros	81.750,00	48,32
<b>Total</b>	<b>126.188,69</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021

(a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços. Nesse grupo se encontram retenções previdenciárias, impostos e contribuições diversos, ISS e os depósitos retidos de fornecedores.

(b) Depósitos não judiciais

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações e devolução de pagamento por motivo de domicílio bancário inexistente, a regularizar pelo fornecedor.

(c) Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo. Nesse grupo se encontra Incentivos a Educação, Cultura e outros que representam os valores referentes aos benefícios da assistência estudantil no mês de março.

## Nota 6 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos, ou potencial de serviços, fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado foi deficitário em R\$ 14.387,36, (quatorze mil trezentos e oitenta e sete mil e trinta e seis centavos), conforme tabela abaixo ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>R\$</b>
			<b>AH%</b>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.416.970,96	2.141.121,97	12,88
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.431.178,32	1.880.934,54	29,25
<b>Total</b>	<b>-14.387,36</b>	<b>260.187,43</b>	<b>-105,53</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Observa-se no resultado Patrimonial do Período de um decréscimo de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, de -105,53 pontos percentuais. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Aumento das transferências e delegações recebidas no montante de R\$ 217.618,15 (10,17%);
- II. Aumento de Uso de Bens, serviços e consumo de capital fixo no valor de R\$ 512.815,22 (42,16%);
- III. Aumento de Transferências e Delegações Concedidas, no valor de em R\$ 56.386,84 (3203,22%).

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>AH%</b>	<b>R\$</b>
				<b>AV%</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2.416.790,96</b>	<b>2.141.121,97</b>	<b>12,87</b>	<b>100,00</b>
Exploração e Venda de Bens e, Serv. E Direitos	-	-	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	49,00	275,00	-82,18	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.356.704,80	2.139.086,65	10,17	97,51
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	-	-	-	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	60.037,16	1.760,30	3310,58	2,48
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2.431.178,32</b>	<b>1.880.934,54</b>	<b>29,25</b>	<b>100,00</b>
Uso de Bens, Serviços e consumo de capital Fixo	1.729.306,66	1.216.491,44	42,16	71,13
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	379,05	362,26	4,63	0,02
Transferências e Delegações Concedidas	58.147,16	1.760,32	3203,22	2,39
Tributárias	27.622,07	27.067,71	2,05	1,14
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	615.723,38	635.252,81	3,07	25,33

<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>-14.387,36</b>	<b>260.187,43</b>	<b>-105,53</b>
------------------------------	-------------------	-------------------	----------------

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos o aumento das Transferências e Delegações Recebidas, em um montante de R\$ 217.618,15, pelo repasse da setorial orçamentária do IFRS, correspondentes ao orçamento anual destinado ao campus, com aumento de 10,17% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

### Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

**Tabela 11 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo. R\$**

	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>AH%</b>	<b>AV%</b>
Uso de Material de Consumo	174.426,95	39.574,71	340,75	10,09
Serviços	1.284.489,54	1.127.135,79	13,96	74,28
Depreciação, Amortização e Exaustão	270.390,17	49.780,94	443,16	15,64
<b>Total</b>	<b>1.729.306,66</b>	<b>1.216.491,44</b>		<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Destacam-se o aumento de 340,75% no registro acumulado de uso de material de Consumo e um aumento de 443,16% no registro de depreciação, amortização e exaustão, em relação ao mesmo período no exercício anterior, e um aumento de 13,96% nos gastos com serviços, equivalente a R\$ 157 mil.

As variações no gasto com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

### VPD Serviços

**Tabela 12 – VPD Serviços R\$**

	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>AH%</b>	<b>AV%</b>
Diárias	-	1.063,85	-100,00	-
Serviços Técnicos Profissionais	-	750,40	-100,00	-
Serv. Apoio Adm., téc. e operacional	1.034.555,03	739.801,37	39,84	80,54
Serv. de comunicação	19.062,01	24.785,37	-23,09	1,48
Serv. Transp., passagens e Locom.	4.700,00	-	-	0,37
Serv. administrativos	47,67	244,85	-80,53	0,00
Serv. água e esgoto, energia elétrica.	167.968,88	229.158,58	-26,70	13,08
Loc. e Arrendamento mercantil	13.909,02	23.261,01	-40,20	1,08
Serv. Educacionais e Culturais	-	-	-	-
Seguros em Geral	9,79	34,88	-71,93	0,00
Serv. Terceiros PJ Intra OF	1.142,40	108.035,48	-98,94	0,09
Serv. Terceiros PJ Inter OF	43.094,74	-	-	3,36
<b>Total</b>	<b>1.284.489,54</b>	<b>1.127.135,79</b>	<b>13,96</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

O principal gasto com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional realizado refere-se à serviços de vigilância, limpeza e Conservação e manutenção de elevadores, equivalente a 80,54% do montante total em serviços empregados no mesmo período.

## Nota 6 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Dentro do Orçamento do IFRS consta identificado o orçamento do Campus Porto Alegre referente às despesas correntes classificadas no grupo Outras Despesas Correntes e Despesa de Capital classificadas em investimentos.

O repasse do crédito orçamentário, necessário para a execução das ações do IFRS Campus Porto Alegre é realizado através da descentralização da programação orçamentária.

Até 2º trimestre de 2021 foi descentralizado para o Campus Porto Alegre a quantia de R\$ 2.629.167,16 (dois milhões seiscentos e vinte e nove mil cento e sessenta e sete reais e dezesseis centavos) e a despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 2.250.241,00 (dois milhões duzentos e cinquenta mil duzentos e quarenta e um reais), o que representa 85,58% das descentralizações recebidas.

### Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise totalizou a quantia de R\$ 2.250.241,00 (dois milhões duzentos e cinquenta mil duzentos e quarenta e um reais). Observa-se uma redução de 0,69% no montante de empenhos em relação ao mesmo período do exercício anterior como consta na tabela abaixo:

**Tabela 13 –Despesas Empenhadas – Composição.**

	R\$			
	30/06/2021	30/06/2020	AH%	AV%
Despesas Correntes	2.250.241,00	2.237.630,16	0,56	100,00
Despesas de Capital	-	28.184,27	-100,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.250.241,00</b>	<b>2.265.814,43</b>	<b>-0,69</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

As despesas correntes empenhadas estão na sua totalidade no grupo de natureza da despesa intitulado “Outras Despesas Correntes”.

Observa-se que houve um aumento dos empenhos referentes a despesas de custeio na ordem de 0,56% em comparação com o mesmo período em 2020.

Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, destacam-se Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, cujos empenhos no período somaram R\$ 1.429.652,20 (um milhão quatrocentos e vinte e nove mil seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), que se referem a 63,53% das despesas correntes empenhadas) e das despesas com auxílio financeiro a estudantes, no valor total de R\$ 670.456,39 (seiscentos e setenta mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos), correspondendo a 29,79% das despesas correntes.

O percentual de liquidação dos empenhos até o terceiro trimestre de 2021 foi de 61,48%.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve um aumento de 3,84% nos empenhos referentes a Auxílio Financeiro a Estudantes e uma redução de 1,49% nos empenhos que correspondem a Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica. A tabela a seguir demonstra a composição e evolução das despesas correntes empenhadas no campus Porto Alegre:



**Tabela 14 – Outras Despesas Correntes – Composição**

	R\$			
	30/06/2021	30/06/2020	AH%	AV%
Diárias – Pessoal Civil	-	10.000,00	-100,00	-
Auxílio Financeiro a Estudantes	670.456,39	645.667,66	3,84	29,79
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	37.425,98	-	-	1,66
Material de Consumo.	-	7.533,16	-100,00	-
Material, Bem ou serviço p/ Distr. Grat	34.184,00	-	-	1,52
Outros Serv. Terceiros PJ	1.429.652,20	1.453.117,78	-1,61	63,53
Serviços de TI e Comunicação - PJ	48.992,36	83.628,30	-41,42	2,18
Obrigações Tributárias e Contributivas	27.774,83	27.245,18	1,94	1,23
Despesas de Exercícios anteriores	1.142,40	-	-	0,05
Demais Despesas Correntes	612,84	10.438,08	-94,13	0,03
<b>Total</b>	<b>2.250.241,00</b>	<b>2.237.630,16</b>		<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Não houveram despesas de capital empenhadas no período referente ao 2º Trimestre de 2021..

### Nota 7 – Restos a Pagar

#### Restos a Pagar

Formam os restos a pagar todas as despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2020 ou em exercício anterior, porém não liquidadas ou liquidadas e não pagas em 31/12/2020.

#### Restos a Pagar Não Processados

O IFRS Campus Porto Alegre inscreveu em Restos a Pagar não Processados as despesas empenhadas e não liquidadas dentro do exercício de 2020, perfazendo um total de R\$ 2.275.359,83 (dois milhões duzentos e setenta e cinco mil trezentos e cinquenta e nove reais e oitenta e três centavos). Observa-se que 51,89% dos empenhos inscritos foram liquidados e destes valores 95,48% foram pagos, conforme tabela a seguir.

**Tabela 15 – Execução Restos a Pagar não Processados.**

R\$

Grupo da Despesa	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31/12/2020	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Desp. Correntes	144.220,97	1.159.346,44	719.118,43	665.800,96	117.137,66	520.628,79
Desp de Capital	123.603,25	1.116.013,39	461.747,65	461.747,65	19.270,08	758.598,91
<b>Total</b>	<b>267.824,22</b>	<b>2.275.359,83</b>	<b>1.180.866,08</b>	<b>1.127.548,61</b>	<b>136.407,74</b>	<b>1.279.227,10</b>

Fonte: SIAFI 2021

#### Restos a Pagar Processados

Houve inscrição de restos a pagar processados referente às despesas liquidadas e não pagas até 31/12/2020, num montante de R\$ 157.914,06 (cento e cinquenta e sete mil novecentos e quatorze reais e seis centavos), destes valores 100% foram pagos, conforme tabela a seguir.

**Tabela 17 – Execução Restos a Pagar Processados.**

	R\$			
<b>Grupo da Despesa</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Pagos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Saldo</b>
Outras Despesas Correntes	157.914,06	157.914,06	-	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	-	-
<b>Total</b>	<b>157.914,06</b>	<b>157.914,06</b>		<b>-</b>

Fonte: SIAFI 2021

Ademir Gautério Troina Júnior  
Contador CRC/RS 076804/O-5  
IFRS Campus Porto Alegre